

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 25 de setembro de 2024 às 08h00
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Mercado musical brasileiro bate R\$ 1 bilhão em direitos autorais	3
--	----------

MARCELO DE ASSIS

Diário Indústria & Comércio online | PR

Propriedade Intelectual

Como a Inteligência Artificial transforma a segurança de dados e requer medidas de proteção de dados robustas	5
--	----------

EDITORIAL

IT Forum | SP

Direitos Autorais

Gigantes da tecnologia tentam flexibilizar Lei de IA da União Europeia	7
---	----------

REDAÇÃO

Mercado musical brasileiro bate R\$ 1 bilhão em direitos autorais



Mercado musical: streaming no Brasil gerou R\$ 1,4 bilhão em 2024

O mercado musical brasileiro bateu, no mês de agosto, a marca de R\$ 1 bilhão em **direitos** autorais distribuídos para compositores, músicos e demais artistas nacionais e estrangeiros que tiveram suas músicas tocadas no país.

Os números são do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e consideram o acumulado de distribuição de valores dos oito primeiros meses de 2024.

A instituição já havia ultrapassado essa marca nos anos de 2017, 2022 e 2023. Diferentemente dos anos anteriores, o primeiro bilhão em **direitos** autorais em 2024 foi alcançado a quatro meses do fechamento anual. Isso foi possível em razão dos segmentos de rádio, TV aberta e streaming de vídeo que, juntos, somaram 47% dos valores distribuídos.

A previsão da instituição para este ano no mercado musical é distribuir um total de R\$ 1,5 bilhão em **direitos** autorais para a classe artística.

O Ecad é uma instituição privada, sem fins lucrativos e a única no Brasil responsável por arrecadar e distribuir **direitos** autorais de execução pública musical.

Mercado musical: streaming no Brasil gerou R\$ 1,4 bilhão em 2024. Ainda que o mercado musical norte-americano de música gravada - considerado o nº 1 do mundo - tenha revelado um tímido aumento em suas receitas equivalente a 4% no primeiro semestre de 2024, o cenário no Brasil permite até uma comemoração.

Se nos EUA, a adesão aos serviços de streaming musical cresceu apenas 2,7% em relação a 2023, no Brasil, o maior mercado fonográfico da América Latina, registrou um aumento de 13,4% no primeiro semestre deste ano pelas receitas provenientes ao formato digital se comparado ao mesmo período no ano passado.

Ao todo, as receitas de streaming contabilizaram US\$ 255 milhões (algo em torno de R\$ 1,4 bilhão no câmbio atual). Este resultado coloca as plataformas digitais como o produto preferencial dos assinantes brasileiros para o consumo de música. Um aumento de 21,1% em relação ao ano anterior. Os dados são da IFPI.

Considerando apenas as receitas de música digital e física, o streaming representa mais de 99% do mercado brasileiro de música gravada.

"O aumento de 21% nas receitas digitais e físicas do setor reflete diretamente os esforços e investimentos realizados pelas gravadoras, tanto na produção de conteúdos musicais nacionais, como na comercialização, promoção e desenvolvimento do carreira de milhares de artistas brasileiros", explica Paulo Rosa, presidente da Pro-Música Brasil, como reproduzido no MBW.

Continuação: Mercado musical brasileiro bate R\$ 1 bilhão em direitos autorais

O executivo observa que esses números atuais do mercado musical brasileiro no primeiro semestre de 2024 revelam a "predominância da distribuição de música em plataformas de streaming de música em operação no Brasil, seguindo uma tendência global verificada nos últimos mais de 10 anos".

A música de maior sucesso no Brasil através do streaming no primeiro semestre de 2024 é Me Leva Pra Casa / Escrito Nas Estrelas / Saudade, (Ao Vivo) da

cantora sertaneja Lauana Prado, faixa distribuída no país pela Universal Music.

Como a Inteligência Artificial transforma a segurança de dados e requer medidas de proteção de dados robustas

EDITORIAL



Com 83% das empresas enfrentando ataques, a proteção de dados pessoais e corporativos está em risco

Nos últimos anos, o avanço acelerado da Inteligência Artificial (IA) tem transformado a forma como as empresas lidam com a segurança de dados, trazendo novos desafios e riscos para a privacidade. A crescente utilização de ferramentas baseadas em IA não apenas otimiza processos e melhora a eficiência, mas também introduz novas vulnerabilidades que podem comprometer a proteção de informações pessoais.

Dados recentes da Sophos, uma empresa britânica especializada em soluções de segurança, revelam uma situação alarmante: aproximadamente 83% das empresas globais sofreram ataques cibernéticos em algum momento e, em muitos casos, foram forçadas a pagar resgates para recuperar dados. Essa realidade expõe não apenas a fragilidade das defesas corporativas, mas também os desafios crescentes enfrentados nos âmbitos da proteção de dados e da **propriedade** intelectual.

Desafios da IA na Segurança da Informação

Por um lado, tecnologias avançadas permitem identificar e neutralizar ameaças com uma precisão nunca antes vista. Algoritmos de aprendizado de

máquina podem analisar vastas quantidades de dados para detectar padrões incomuns e comportamentos suspeitos. Já, por outro lado, os mesmos avanços tecnológicos também são utilizados por cibercriminosos para desenvolver ataques mais sofisticados e difíceis de detectar.

A automação impulsionada pela IA pode criar vulnerabilidades novas e inesperadas. Ferramentas de automação podem ser usadas para explorar brechas de segurança de forma mais eficiente, enquanto técnicas de engenharia social alimentadas por IA podem manipular indivíduos para revelar informações críticas.

Impactos nos âmbitos da Proteção de Dados e na **Propriedade** Intelectual

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020 no Brasil, estabelece normas rigorosas para a coleta, armazenamento e, de forma geral, o tratamento de dados pessoais. No entanto, a rápida evolução da tecnologia pode dificultar a conformidade com esses regulamentos. As empresas estão sob pressão para se adaptar às novas exigências de proteção de dados, mas a complexidade crescente dos ataques cibernéticos e a integração da IA em sistemas corporativos complicam ainda mais essa tarefa. "Todo dia auxiliamos as empresas na implementação de projetos e na manutenção de programas de proteção de dados", afirma o advogado Marco Zorzi, "notamos que um mapeamento atualizado do fluxo dos dados pessoais bem como a individualização clara e preventiva dos riscos para os dados tratados pela empresa são duas medidas fundamentais para manter esses projetos e programas eficazes. O benefício para a empresa pode não ser percebido imediatamente, mas será evidente no longo prazo e em caso de incidentes de se-

Continuação: Como a Inteligência Artificial transforma a segurança de dados e requer medidas de proteção de dados robustas

gurança".

Além disso, a **propriedade** intelectual das empresas também está em risco. O vazamento de dados corporativos pode revelar segredos comerciais, estratégias empresariais e **inovações** tecnológicas, prejudicando a competitividade e a segurança das operações.

O Papel das Empresas e dos Governos

Diante desse cenário desafiador, tanto as empresas quanto os governos precisam adotar medidas proativas para mitigar os riscos. As empresas devem investir em soluções de segurança cibernética avançadas, treinar suas equipes para reconhecer e reagir a ameaças e implementar projetos e programas de proteção de dados. A cooperação entre setores e a troca de informações sobre ameaças cibernéticas podem fortalecer a defesa coletiva contra ataques.

Os governos, por sua vez, devem garantir que a legislação acompanhe o ritmo das **inovações** tecnológicas e forneça diretrizes claras para a proteção de dados. A LGPD, assim como outras legislações globais de proteção de dados, precisa ser cons-

tantemente regulamentada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para enfrentar novos desafios e ameaças emergentes.

O avanço da IA na segurança de dados traz tanto oportunidades quanto desafios significativos. Enquanto a tecnologia pode melhorar a proteção e a detecção de ameaças, ela também pode abrir portas para novos riscos e complicações. Em um cenário onde 83% das empresas ao redor do mundo já enfrentaram ataques cibernéticos, é fundamental que tanto empresas quanto governos se mantenham vigilantes e preparados para proteger dados pessoais e corporativos contra as ameaças em constante evolução.

Sobre a Andersen Ballão Advocacia: A Andersen Ballão Advocacia é um renomado escritório de advocacia brasileiro, reconhecido por sua atuação de excelência nas áreas de Direito Digital, Compliance e Proteção de Dados. Com sede em Curitiba, Paraná, o escritório oferece serviços jurídicos de alta qualidade para empresas nacionais e internacionais, orientando-as na conformidade com as leis e regulamentos brasileiros.

Gigantes da tecnologia tentam flexibilizar Lei de IA da União Europeia



Empresas como Google, Amazon e Meta buscam evitar multas bilionárias com abordagem menos rigorosa nas regulamentações

Imagem: Shutterstock

As maiores empresas de tecnologia do mundo estão em uma corrida final para influenciar a União Europeia a adotar uma abordagem mais leve na aplicação da Lei de Inteligência Artificial (IA), aprovada em maio de 2024. A nova legislação visa regular a IA de forma abrangente, mas ainda não está claro como as regras serão aplicadas aos sistemas de IA de propósito geral, como o ChatGPT da OpenAI. As empresas temem que a aplicação rígida da lei leve a multas bilionárias.

O código de conduta que acompanhará a Lei de IA está sendo elaborado com a participação de empresas, acadêmicos e outras partes interessadas. A União Europeia recebeu mais de mil solicitações para colaborar nesse processo, um número considerado excepcionalmente alto, segundo informações da Reuters.

O código, previsto para ser implementado no final de 2025, não será legalmente vinculativo, mas servirá como guia para a conformidade das empresas. No entanto, empresas que alegarem seguir a lei sem respeitar o código podem enfrentar desafios legais.

Sylvia Bellio: '[Área de diversidade] é marketing. Se

está dando custo, cortam'

"O código de conduta é crucial. Se acertarmos, poderemos continuar inovando", disse Boniface de Champris, gerente sênior de políticas da organização comercial CCIA Europe, cujos membros incluem Amazon, Google e Meta. "Se for muito restrito ou específico, isso se tornará muito difícil", acrescentou.

Uma das questões centrais na regulamentação da IA é o uso de dados por empresas como Stability AI e OpenAI para treinar seus algoritmos. O debate gira em torno da utilização de materiais protegidos por **direitos** autorais sem o consentimento de seus autores, o que pode levar a disputas legais. Para mitigar esses riscos, a nova legislação europeia exige que as empresas divulguem relatórios detalhados sobre os dados utilizados no treinamento de seus modelos.

Enquanto alguns argumentam que a transparência pode comprometer segredos comerciais valiosos, outros afirmam que os criadores de conteúdo têm o direito de saber se suas obras estão sendo usadas sem autorização.

Empresas de tecnologia como Google e Amazon também buscam participar da elaboração do código de conduta. Elas alegam que suas expertises podem contribuir para a eficácia das novas regras. No entanto, há críticas de que essas gigantes estão tentando evitar a transparência. Para a Reuters, Maximilian Gahntz, da Mozilla Foundation, disse que acredita que a Lei de IA seja uma chance importante para aumentar a transparência nas práticas de coleta e uso de dados pelas grandes empresas de tecnologia, revelando processos que até agora eram pouco claros.

Além disso, pequenas startups de tecnologia europeias expressaram preocupações de que as novas regulamentações possam sufocar a inovação. "Insistimos que essas obrigações precisam ser ge-

Continuação: Gigantes da tecnologia tentam flexibilizar Lei de IA da União Europeia

reenciáveis e, se possível, adaptadas para startups", disse Maxime Ricard, gerente de políticas da Allied for Startups.

O código de conduta será finalizado no início de 2025, e as empresas de tecnologia terão até agosto daquele ano para se adequarem às novas diretrizes.

*Com informações da Reuters

Siga o IT Forum no LinkedIn e fique por dentro de todas as notícias!

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 7

Propriedade Intelectual

5

Inovação

5